



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
Anexo I do Tribunal

Edital Nº 396 / 2025 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025 - UASG 925814		
COMPRASGOV n.º 90051/2025		
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA 105 (CENTO E CINCO) VEÍCULOS DA FROTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	
SRP? NÃO	VALOR ESTIMADO: R\$ 431.346,29 (quatrocentos e trinta e um mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos)	
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 01/09/2025, às 13:30 horas Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br		Pregoeira: Pauline Sabará Souza
Vistoria? (X) SIM () NÃO - Vide item 3.3 do Termo de Referência	Amostra/Protótipo? () SIM (X) NÃO	Atestado de Capacidade Técnica: () SIM (X) NÃO
AMPLA CONCORRÊNCIA		
Pedido de Esclarecimento e Impugnações: Até dia 27/08/2025 Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br	Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142- 2534 e e-mail: cpl@tjto.jus.br .	
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.		

ATENÇÃO

A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento.

A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo.

Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço **<https://www.gov.br/compras/pt-br/>**, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “925814”. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: **<https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes>**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 51 / 2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 25.0.000006624-1

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ nº 229, de 22 de junho e 2016, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 25.0.000006624-1, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA 105 (CENTO E CINCO) VEÍCULOS DA FROTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pela pregoeira Pauline Sabará Souza, designada, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria nº 769 de 27 de fevereiro de 2025.

DATA: 01/09/2025

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 horas.

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA 105 (CENTO E CINCO) VEÍCULOS DA FROTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2 - A licitação será realizada em um único item.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.5 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.6 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.7 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.8 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 2.6 do Termo de Referência.

2.8 - Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.9 – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.10 – Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

2.11 - Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 - Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, é facultado ao licitante realizar vistoria dos veículos, no local onde reside/pernoita a maioria dos veículos, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas, mediante agendamento prévio com o chefe do departamento (SETRAN), através do Telefone (063) 3142-0530.

3.2 - O endereço do local de instalação para fins de vistoria: Anexo II - Quadra 412 sul, Av. NS 10 APM-03 B.

3.3 - A vistoria poderá ocorrer em até 48 horas antes do início do certame licitatório.

3.4 - Os agendamentos e vistorias deverão ser realizados com servidor lotado no Seção de Transportes, no número (063) 3142-0530, emitindo posterior relatório de aprovação, conforme modelo constante no anexo "B" do termo de referência.

3.5 - Para que ocorra a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.6 - A empresa poderá em substituição a vistoria, emitir declaração de conhecimento das informações/aceitação referente aos veículos a serem segurados, conforme modelo constante no anexo "B" do termo de referência.

3.7 - A não observação quanto ao cumprimento das especificações do item 3.1 referente a faculdade em vistoriar, não desobriga a licitante de cumprimento das cláusulas estabelecidas no termo de referencia e documentos anexo.

3.8 - A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

4.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.7 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.9 – As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.7 – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

5.7.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.7.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

6.1 - A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “**aberto e fechado**”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.4 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.5.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.6 - Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

6.7 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.8.

6.8 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.8.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.8.2 - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

6.9 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.10 – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.8.

6.11 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 6.3 deste Edital.

6.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).

6.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.14 – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.15.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 - Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.2 - **Conforme art. 8º da Resolução TJTO n.º 15/2024, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta ordem:**

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros

6.21.3 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

6.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.22.2 - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

6.23 – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.

6.24 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 - Constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3 – **A proposta deverá conter as especificações serviços de forma clara e objetiva, em conformidade com o ato convocatório e seus anexos, descrevendo detalhadamente os serviços e demais elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as especificações ofertadas.**

9.1.3.1 - O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/serviços ofertados.

9.1.4 – A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução dos serviços, assinatura do representante legal da proponente, **número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);**

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento contratual, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do **valor unitário e total da proposta**, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.5 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexecutáveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.7 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução dos serviços.

9.1.9 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

9.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 – Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO X – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE OU DA PROVA DE CONCEITO

10.1 – Não se aplica.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.2 – Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência

11.1.3. Para efeitos de comprovação da regularidade fiscal estadual e municipal (Nível IV do SICAF), considera-se a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos.

11.1.3.1. Não serão admitidas certidões específicas de tributos imobiliários para fins de comprovação do subitem anterior.

11.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

11.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

11.3.1 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores, em plena vigência.

11.3.2 - Termo de Vistoria ou declaração de conhecimento das informações/aceitação, observado o disposto no Capítulo III deste edital.

11.3.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá:

a) Preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;

a.3) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

a.4) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

a.5) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

11.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de Licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

11.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a)** identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;
- b)** atuação no mesmo ramo de atividades;
- c)** data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d)** compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e)** identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f)** identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a)** inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b)** relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII - DO RECURSO

13.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1** – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.
- 14.2** – O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.
- 14.3** – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

CAPÍTULO XV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1** - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO n.º 06/2021 (Anexo III do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.
- 15.2** – A recusa injustificada da adjudicatária assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 16.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.
- 15.3** – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.3.1** - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.
- 15.4** – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:
- 15.4.1** - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- 15.4.2** - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);
- 15.4.3** - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);
- 15.4.4** – Findo o prazo do subitem 16.1 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 15.4 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo III do Edital).
- 15.5** – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 15.3 a 15.4 deste edital, a nota de empenho e o contrato poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.
- 15.6** – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.
- 15.7** – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
- 15.8** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1** – O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 16.1.1** - O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.
- 16.1.2** – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.
- 16.1.3** – Caso o fornecedor, convocado para assinar o contrato, não compareça no prazo estabelecido no item 16.1, incorrerá no descumprimento do item 15.2.
- 16.1.4** – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 16.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 - Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

16.4 - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 4.2 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

16.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

16.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

16.7 – A licitante vencedora deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

16.8 – O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVII – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 – Não se aplica.

CAPÍTULO XVIII – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referência **R\$ 431.346,29 (quatrocentos e trinta e um mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos)** e será consignado:

Unidade Gestora: 060100 - FUNJURIS

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.122.1145.4278

Natureza de Despesa: 33.90.39

Fonte de Recursos: 1760

CAPÍTULO XIX - DO PRAZO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 – A empresa contratada deverá executar os serviços de seguro veicular conforme especificações discriminadas em sua proposta.

16.2 - O prazo de entrega da apólice será de **até 20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2025.

16.3 - A (s) apólice (s) deverão ser entregue (s) no seguinte endereço: Edifício Amaro Empresarial, 103 Norte NO-11 LOTE 02, CEP: 77001-036, TEL: (063) 3142-0530, e encaminhada para o seguinte endereço eletrônico: setran@tjto.jus.br

19.4 - O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 73 da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

19.4.1 - Para os fins previstos neste item, a contratada deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

19.5 - As demais disposições estabelecida no item 6 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

CAPÍTULO XX - DO REGIME DE EXECUÇÃO

20.1 – O contratante deverá entregar os bens e executar os serviços a ele adjudicado conforme disposto **no capítulo 8 do Anexo I** (Termo de Referência) do Edital.

20.2 – Caberá ao contratante o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

CAPÍTULO XXI – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 – São obrigações da contratada, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

- 21.1.1** - manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e de qualificação;
- 21.1.2** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 21.1.3** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;
- 21.1.4** - indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

21.2 - Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao TJ/TO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

21.3 - Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente do contrato a terceiros;

21.4 - Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do TJ/TO.

21.5 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

21.6 - Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

21.7 - Emitir as apólices individuais de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2025;

21.8 - Comunicar imediatamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins eventuais inconsistências na prestação dos serviços;

21.9 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

21.10 - Fornecer condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;

21.11 - A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

21.12 - A Contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.

21.13 - O preço apresentado pela Contratada deverá incluir todos os custos relacionados com valor único a ser pago pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

21.14 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, previsto no artigo 125, da Lei Federal 14.133/2021.

21.15 - As oficinas ou concessionárias indicadas para realizar os serviços deverão ser conferidas pela empresa de seguros contratada sobre a situação fiscal, evitando possível pendência na emissão de CNDs, em caso de inobservância o valor da franquia será pago a contratada ficando a mesma responsável em quitar os débitos junto a oficina ou concessionária prestadora dos serviços, sendo que jamais o veículo poderá ficar retido por falta de cumprimento das obrigações fazendárias ou por emissão de notas fiscal em desacordo com a nota de empenho destinada ao pagamento da franquia, para tanto a deverá ser emitida somente após a emissão da nota de empenho.

CAPÍTULO XXII – DA FORMA DE PAGAMENTO

22.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento do recibo (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o TJTO), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

- 22.1.1** - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.
- 22.1.2** - O CNPJ constante do recibo deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da contratada.

22.2 – Caberá ao prestador de serviços apresentar, juntamente com o recibo, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XV deste edital.

22.3 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a contratada isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer tributo ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

22.3.1 - Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a Contratada, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo Contratante.

22.3.1.2 - O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto.

22.4 – Havendo erro na apresentação do recibo ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

22.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

22.6 - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar o recibo para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da contratada ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

22.7 – Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 22.1 e a data do efetivo pagamento do recibo/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CAPÍTULO XXIII - DA EXTINÇÃO

23.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a rescisão do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

23.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

23.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

23.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

23.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXIV – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

24.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tjto.jus.br.

24.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento.

24.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

24.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

25.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato;

Anexo III – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

Anexo IV - Estudo Técnico Preliminar

25.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

25.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

25.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

25.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

25.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

25.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.9 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 12 de agosto de 2025.

ANEXO I

Termo de Referência N° 677 / 2025 - PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/DSG/SETRAN

Data	Versão	Descrição	Autor
------	--------	-----------	-------

24/04/2025	1.0	Finalização da primeira versão	Acácio Lopes Lima, matrícula 185243, e Aline de Sousa Chaves Aguiar, matrícula 366484
07/05/2025	2.0	Finalização da segunda versão	Acácio Lopes Lima, matrícula 185243, e Aline de Sousa Chaves Aguiar, matrícula 366484
24/07/2025	3.0	Inserção dos valores estimados dos seguros, conforme mapa de preço evento 6624871.	Josinei Ramos, matrícula 371997
30/07/2025	4.0	Ajustes no Termo de Referência	Acácio Lopes Lima, matrícula 185243

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Definição do objeto

1.1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para 105 (cento e cinco) veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com assistência técnica de 24 horas por dia, 07 dias por semana, em todo o território nacional, conforme características, coberturas e obrigações constantes neste Termo, sendo a vigência da contratação objeto da presente licitação será de 24 (vinte e quatro) meses, tendo início às 00 (zero) horas do dia **11/10/2025**.

Item	Descrição	Valor Total Estimado	Catmat/Catser
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para os veículos da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	RS 431.346,29	22764

1.1.2. Especificações do objeto

ITEM	PLACAS	QTDE	ANO / MODELO	CHASSI	TIPO SEGURO	FRANQUIA	VIGÊNCIA DA APÓLICE	SINISTRO	MONITORAMENTO ON LINE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)
1	TOYOTA COROLLA XEI 2.0									
	QWF-0D43	15	2020/2021	9BRB33BEXM2034315	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	2.180,27
	QWF-0D36		2020/2021	9BRB33BE1M2033179	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	2.180,27
	QWF-0D26		2020/2021	9BRB33BE6M2034201	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	SIM	2.180,27
	QWF- 0D57		2020/2021	9BRB33BE3M2034205	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	2.180,27
	QWF- 0D55		2020/2021	9BRB33BE6M2034165	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.180,27

QWF- 0D34		2020/2021	9BRB33BE7M2034160	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	SIM	2.180,27
QWF- 0D56		2020/2021	9BRB33BE9M2034192	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	2.180,27
QWF- 0D53		2020/2021	9BRB33BEXM2034220	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.180,27
QWF- 0D47		2020/2021	9BRB33BE5M2034089	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	SIM	2.180,27
QWF- 0D33		2020/2021	9BRB33BE3M2034348	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	2.180,27
QWF- 0D48		2020/2021	9BRB33BE6M2034179	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.180,27
QWF- 0D38		2020/2021	9BRB33BE7M2034157	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	2.180,27
QWF- 0D62		2020/2021	9BRB33BE9M2034208	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	SIM	2.180,27
QWF- 0D32		2020/2021	9BRB33BE7M2034174	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	2.180,27
QWF- 0D63		2020/2021	9BRB33BEXM2033214	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.180,27
SUBTOTAL									R\$ 32.704,05
TOYOTA COROLLA XEI (BLINDADO)									
REG-1D67	1	2020/2021	9BRB33BE5M2034433	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	3.500,00
SUBTOTAL									R\$ 3.500,00
TOYOTA COROLLA ALTIS (HÍBRIDO)									

RES-2J25	1	2022/2023	9BRBY3BE1P4032219	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	3.041,45
SUBTOTAL									R\$ 3.041,45
TOYOTA COROLLA ALTIS (HÍBRIDO)									
QKG-0E97	15	2024/2024	9BRBY3BE1R4061089	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	2.779,35
QKG-0D42		2024/2024	9BRBY3BE1R4061108	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
QKG-0D29		2024/2024	9BRBY3BE7R4061145	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
QKG-0E42		2024/2024	9BRBY3BE0R4061214	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	2.779,35
QKG-0E21		2024/2024	9BRBY3BE2R4061005	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
QKG-0A78		2024/2024	9BRBY3BE5R4061449	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
QKG-0F75		2024/2024	9BRBY3BE1R4061240	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	2.779,35
QKG-0F51		2024/2024	9BRBY3BE8R4061204	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	2.779,35
QKG-0F52		2024/2024	9BRBY3BE3R4060994	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	2.779,35
OLJ-3I48		2024/2024	9BRBY3BE3R4061126	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
QKG-0E34		2024/2024	9BRBY3BE1R4061173	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
QKG-0C23		2024/2024	9BRBY3BE1R4061481	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35

QKG-0B66		2024/2024	9BRBY3BEXR4061494	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
QKG-0H06		2024/2024	9BRBY3BE9R4061051	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
QKG-0E08		2024/2024	9BRBY3BE4R4061037	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.779,35
SUBTOTAL									R\$ 41.690,25
TOYOTA COROLLA (HIBRIDO PREMIUM)									
RMB-4F40	8	2025/2025	9BRBY3BEXS4066409	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.965,92
RMB-4F41		2025/2025	9BRBY3BE6S4066374	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.965,92
RMB-4F42		2025/2025	9BRBY3BE8S4066330	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	2.965,92
RMB-4F43		2025/2025	9BRBY3BE3S4066445	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.965,92
RMB-4F45		2025/2025	9BRBY3BE6S4066312	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.965,92
RMB-4F47		2025/2025	9BRBY3BE7S4066416	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.965,92
RMB-4F49		2025/2025	9BRBY3BE7S4066304	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.965,92
RMB-4F50		2025/2025	9BRBY3BE2S4066324	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	2.965,92
SUBTOTAL									R\$ 23.727,36
CHEVROLET TRAILBLAZER									

RSF-4H12	1	2022/2022	9BG156YK0NC443416	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	4.000,00
SUBTOTAL									R\$ 4.000,00
CHEVROLET TRAILBLAZER (BLINDADO)									
REU-8D70	1	2022/2022	9BG156YK0NC444079	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	5.000,00
SUBTOTAL									R\$ 5.000,00
TOYOTA YARIS									
REV-0F06	14	2022/2023	9BRBC3F32P8189189	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
REV-0F02		2022/2023	9BRBC3F38P8190038	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
REV-8H24		2022/2023	9BRBC3F31P8194383	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
REV-8H80		2022/2023	9BRBC3F3XP8193734	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
REV-8H27		2022/2023	9BRBC3F32P8194103	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
REV-9H46		2022/2023	9BRBC3F30P8194732	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
REV-4I88		2022/2023	9BRBC3F38P8193649	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
SGN-9C95		2022/2023	9BRBC3F36P8193603	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
SGN-9D01		2022/2023	9BRBC3F30P8195069	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	1.791,21

SGN-9D04		2022/2023	9BRBC3F34P8195043	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
SGN-9D05		2022/2023	9BRBC3F39P8195085	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
SGN-9D06		2022/2023	9BRBC3F38P8195496	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	1.791,21
SCA-1D90		2022/2023	9BRBC3F38P8198656	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.791,21
SCA-1E20		2022/2023	9BRBC3F34P8193082	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	1.791,21
SUBTOTAL									R\$ 25.076,94
TOYOTA YARIS									
REQ-0I80	7	2021/2022	9BRBC9F39N8161678	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	SIM	1.729,48
REQ-0I81		2021/2022	9BRBC9F37N8162411	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.729,48
REQ-0I84		2021/2022	9BRBC9F3XN8160927	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.729,48
REQ-0I85		2021/2022	9BRBC9F39N8162281	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.729,48
REQ-0I87		2021/2022	9BRBC9F35N8161466	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	SIM	1.729,48
REQ-0I88		2021/2022	9BRBC9F37N8160626	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.729,48
REQ-0I90		2021/2022	9BRBC9F3XN8161298	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	1.729,48
SUBTOTAL									R\$ 12.106,36

FURGÃO 416 MERCEDES BENS									
RSD-9E96	3	2022/2022	8AC907645NE215458	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	6.774,78
RSD-9F36		2022/2022	8AC907645NE215459	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	6.774,78
RSF-0G48		2022/2022	8AC907645NE217346	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	6.774,78
SUBTOTAL									R\$ 20.324,34
MICRO ÔNIBUS VW									
QWE-1G58	1	2019/2020	9532M62PXL032539	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	10.997,90
SUBTOTAL									R\$ 10.997,90
CAMINHÃO VW 11.180									
QWE-9D89	1	2020/2021	9535V6TBXMR131649	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	7.673,51
SUBTOTAL									R\$ 7.673,51
CAMINHÃO VW 9.170									
RUY-7E85	1	2022/2023	9535H5TB5PR009724	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	8.162,79
SUBTOTAL									R\$ 8.162,79
CAMINHÃO ATEGO 1419 MERCEDES. BENZ									
RSD-8A82	2	2022/2022	9BM958134NB259051	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	9.385,50
RSD-8A91		2022/2022	9BM958134NB259189	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	9.130,13

SUBTOTAL									R\$ 18.515,63
RANGER FORD									
RSA-5E38	4	2021/2022	8AFAR23L5NJ246001	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	4.831,27
RSA-5D88		2021/2022	8AFAR23L2NJ243525	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	4.831,27
RSC-9E50		2021/2022	8AFAR23L4NJ258253	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	4.831,27
RSA-5D98		2021/2022	8AFAR23LXNJ246012	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	4.831,27
SUBTOTAL									R\$ 19.325,08
FORD RANGER									
FZU-2H14	2	2022/2023	8AFAR23S9PJ276953	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	5.173,22
FPW-4B81		2022/2023	8AFAR23S5PJ287321	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	5.173,22
SUBTOTAL									R\$ 10.346,44
VAN 516 MERCEDES BENZ									
SCS-0H63	2	2022/2022	8AC907857NE216354	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	SIM	7.998,59
SCH-6C85		2022/2022	8AC907857NE219290	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	7.998,59
SUBTOTAL									R\$ 15.997,18
VAN JUSTIÇA MÓVEL MERCEDES BENZ									

RSE-8F04	3	2021/2022	8AC907645NE211026	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	10.054,22
RSE-8F24		2021/2022	8AC907645NE210575	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	10.054,22
RSE-8F34		2021/2022	8AC907645NE209588	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	10.054,22
SUBTOTAL									R\$ 30.162,66
RENAULT MASTERAMB RONTAN AMBULANCIA									
MWY-5751	1	2009/2010	93YADCUH6AJ310610	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	3.070,00
SUBTOTAL									R\$ 3.070,00
TOYOTA - SW4 SRX 4X4 - 7 LUGARES									
RSB-5C72	2	2021/2021	8AJBA3FS5M0293687	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	6.737,35
RSB-5C63		2021/2021	8AJBA3FS5M0292829	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	7.454,12
SUBTOTAL									R\$ 14.191,47
TOYOTA HILUX SRV									
QKG-0G60	6	2024/2024	8AJBA3CD5R7915452	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	6.746,98
QKG-0G37		2024/2024	8AJBA3CD1R7913973	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	6.746,98
QKG-0G11		2024/2024	8AJBA3CD8R7913890	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	6.746,98
QKG-0D01		2024/2024	8AJBA3CD7R7912729	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	6.746,98

QKG-0H25		2024/2024	8AJBA3CD1R7913892	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	6.746,98
QKG-0C87		2024/2024	8AJBA3CD5R7909716	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	6.746,98
SUBTOTAL									R\$ 40.481,88
MITSUBISHI MMC L200 TRITON SPO GL									
QWD-7F07	4	2020/2020	93XLJKL1TLCL30355	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	3.608,89
QWD-7F06		2020/2020	93XLJKL1TLCL30356	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	7.848,96
QWD-7F02		2020/2020	93XLJKL1TLCL30357	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	7.848,96
QWD-7F05		2020/2020	93XLJKL1TLCL30358	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	SIM	3.608,89
SUBTOTAL									R\$ 22.915,70
FORD RANGER (NOVA)									
RIN-1G97	7	2023/2023	8AFAR23S0PJ306177	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	R\$ 5.248,72
RIN-1G89		2023/2023	8AFAR23S3PJ314354	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	R\$ 5.248,72
RIN-1G87		2023/2023	8AFAR23S6PJ331780	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	R\$ 5.248,72
RIN-1G81		2023/2023	8AFAR23S7PJ331786	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	R\$ 5.248,72
RIN-5A28		2023/2023	8AFAR23SXPJ334245	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	R\$ 5.248,72

	RIN-5A11		2023/2023	8AFAR23S7PJ334249	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	R\$ 5.248,72
	RIN-5A18		2023/2023	8AFAR23S9PJ334253	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	R\$ 5.248,72
	SUBTOTAL									R\$ 36.741,04
	MITSUBISHI PAJERO SPORT HPE (NOVA)									
	RIN-8B70	2	2023/2024	MMBGUKS10RH001075	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	NÃO	6.122,13
	RIN-8A58		2023/2024	MMBGUKS10RH001053	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	SIM	NÃO	6.122,13
	SUBTOTAL									R\$ 12.244,26
	VAN FURGÃO 417 MERCEDES BENS									
	RIN-5D08	1	2023/2024	8AC907645RE232103	Compreensivo	Reduzida	11/10/2025 a 10/10/2027	NÃO	SIM	9.350,00
		SUBTOTAL								
	TOTAL VEÍCULOS	105							VALOR TOTAL	R\$ 431.346,29

- 1.1.3. Apresentamos o código CATSER que mais se aproxima da definição dos itens pretendidos neste Termo de Referência, prevalecendo sempre à descrição detalhada acima.
- 1.1.4. A informação de sinistralidade dos veículos é relativa à data inicial da vigência do contrato atual (11/10/2023) até a data da assinatura deste Termo de Referência. Alguns veículos não consta essa informação por terem sido consertados com valor inferior à franquia.
- 1.1.5. Registra-se que solicitamos a atual seguradora informação de sinistralidade dos veículos faltantes, sendo que a mesma informou que não leva em consideração classe de bônus por se tratar de uma frota.
- 1.1.6. Este Tribunal possui serviço de monitoramento, rastreamento e telemetria on-line, instalado em 57 (cinquenta e sete) veículos oficiais por meio do Contrato nº 63/2021, SEI nº 21.0.000004404-8 ,ev. 3591793, e Contrato nº 032/2022, SEI nº 22.0.000004088-0, ev. 4165257, encerrando suas vigências em 15/03/2026.
- 1.1.7. A maioria dos veículos pernoitam em garagem própria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com disponibilidade de serviços de vigilância e monitoramento, salvo quando estão em deslocamento ou a disposição de autoridades em missão específica.
- 1.1.8. O licitante deverá encaminhar anexo a sua proposta os valores individuais da apólice dos veículos conforme informado no quadro do item 1.1.2

1.1.9. Descrição das coberturas mínimas:

1.1.9.1. O seguro deverá cobrir a frota de veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins dos prejuízos decorrente de danos causados por colisão; abalroamento; capotagem; tentativa de furto ou roubo, incêndio, queda de precipícios, pontes; queda acidental sobre o veículo, atropelamento de animais, qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado; granizo, furacão; danos em decorrência de objetos

arremessados, terremoto; submersão total ou parcial, alagamento, danos substituição de faróis, lanternas, dispositivos de indicação de direção, para-brisas, vidros traseiros, vidros das portas e laterais, troca de pneus, prestação de serviços de reboque sem limite de quilometragem, socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos.

1.1.10. Itens:

1.1.10.1. Cobertura Total e/ou abrangente;

I - Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;

II - Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;

III - Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou danos causados em decorrência de sua tentativa;

IV - Roubo ou furto total do veículo segurado;

V - Roubo ou furto ou dano a aparelho de som/multimídia;

VI - Incêndio, queda de raio ou explosão acidental do veículo segurado;

VII - Danos em decorrência de arremesso de objetos;

VIII - Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;

IX - Atos involuntários praticados por terceiros;

X - Inundações, alagamentos, ressaca, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;

XI - Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;

XII - Danos causados aos pneus, em caso de acidente;

XIII - Danos em faróis, xenon, led, faróis de neblinas, faróis auxiliares, farol com vigia, retrovisores, interno/externo, lanternas, setas independente da posição, para-choques dianteiro/traseiro.

XIV - Danos em vidros dianteiros, traseiros e laterais.

1.1.10.2. O segurado participará, por evento, nos prejuízos indenizáveis com o valor da franquia especificado na apólice, exceto nos casos de indenização integral, incêndio, queda de raio e/ou explosão do veículo segurado.

1.1.10.3 Para efeito de cálculo da Cobertura Abrangente o valor do Veículo (casco) será igual a 100% do valor do veículo, conforme tabela FIPE vigente.

1.1.11. Responsabilidade Civil Facultativa - RCF:

1.1.11.1. Essa cobertura visa os danos causados a terceiros, por culpa da Contratante e de seus servidores, o terceiro receberá o seguro até o valor de cobertura (importância segurada);

1.1.11.2. Para todos os veículos serão considerados os seguintes valores para essa cobertura:

- Danos Materiais – R\$ 200.000,00

- Danos Corporais – R\$ 200.000,00

1.1.12. Acidente Pessoal por Passageiro - APP:

1.1.12.1. A cobertura de acidentes pessoais a passageiros tem como finalidade a indenização por danos decorrentes de acidentes pessoais ocorridos aos passageiros, envolvendo acidente com morte ou invalidez permanente por passageiro. Assegura no caso de morte ou invalidez permanente decorrentes de sinistro com os veículos segurados, o recebimento pelo passageiro/beneficiário, o recebimento do seguro de acordo com a importância segurada.

1.1.12.2. Valores das coberturas para todos os veículos:

- Morte por pessoa: R\$ 20.000,00

- Invalidez permanente por pessoa: R\$ 20.000,00

1.1.13. Vidros/Faróis, dispositivos de alertas, Lanternas/Retrovisores, independente da posição:

1.1.13.1. Corresponde à indenização sobre o reparo ou troca dos vidros (pára-brisa, laterais e traseiros), faróis, dispositivos de alertas, pisca-pisca qualquer posição, lanternas, lanternas led, pequenas avarias em para-choques, retrovisores dos veículos segurados em caso de sinistro com estes itens.

1.1.13.2. Nessa prestação de serviço especificado no item 1.5.4.1. será cobrada franquia no máximo 15 % do valor do produto.

1.1.14. **Assistência 24 horas:**

1.1.14.1. Corresponde ao deslocamento de uma assistência da CONTRATADA para atendimento a um chamado da CONTRATANTE, 24 horas por dia, em todo o território brasileiro, sem limite de quilometragem, com os seguintes serviços:

I- Serviço de chaveiro com abertura de portas e bagageiros em caso de danos ou perdas;

II- Serviços de taxi hospedagem em hotel, remoção para atendimento para hospital, traslado de vítimas em caso de acidentes, ambos sem limite de quilometragem,

III- Os serviços descritos no item acima, deverá ocorrer com destino de acordo com a indicação pela contratante.

IV- Guincho/prancha (com quilometragem sem limite);

V- Assistência em caso de acidente de qualquer natureza;

VI- Pane mecânica, elétrica ou seca;

VII- Trocas de pneus furados;

VIII- Serviço de guincho/reboque para as localidades definidas pelo TJTO;

1.1.14.2. O prazo máximo para atendimento do sinistro após o chamado pela Contratante é de até 2 (duas) horas em localidades urbanas, e em rodovias 20 minutos para cada quilômetros de distância da cidade mais próxima.

1.1.14.3. O prazo máximo para indenizações decorrentes de eventuais sinistros não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias, inclusive ressarcimento integral.

1.1.15. **Da apresentação da Proposta**

I) Base de cálculo:

II) Valor de mercado do veículo, conforme a Tabela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;

III) RCF-V: Danos Materiais – R\$ 200.000,00;

IV) RCF - V Danos Corporais – 200.000,00;

V) APP – R\$ 20.000,00 por passageiro;

VI) Blindagem – R\$ 90.000,00

1.1.16. **Franquias**

1.1.16.1. A franquia será do tipo reduzida.

1.1.16.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, podendo ser ofertada de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

1.1.16.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas ou qualquer outro item em que haverá despesas com franquia deverá ser discriminada os valores independente, de acordo com a categoria do veículo, não podendo superar 10% do valor para lanternas, faróis, e outros itens ou acessórios.

1.1.16.4. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Instituição à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; O prazo para a Seguradora providenciar o envio de veículos sinistrados à concessionária/oficina, nos casos em que o envio não ocorre no momento do sinistro, é de até 5 dias úteis.

1.1.16.5. No caso de envio de veículos para concessionária/oficina, a Seguradora deverá apresentar proposta à Contratante com o cronograma estimado para conserto do veículo.

1.1.16.6. A empresa prestadora dos serviços deverá está regular junto aos órgão tributários, com certidões atualizadas/regulares, sendo obrigação da contratada observar a regularidade fiscal antes de indicar para realizar os devidos serviços.

1.1.16.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão ou qualquer outro evento que constate a perda total do veículo.

1.1.17. Tipo de Apólice Segurada

1.1.17.1. Apólice poderá ser coletiva ou na modalidade frota, permitindo-se a identificação e discriminação individual de cada bem segurado, bem como, item próprio para cada um dos mesmos, valor de franquia, bônus, etc.

1.1.18. Disposição dos veículos

1.1.18.1. A contratação do seguro incidirá sobre veículos de fabricação nacional e/ou estrangeira, aplicando-se como Prêmio Referencial – PR, que servirá de base para cálculo do prêmio a pagar, bem como, o valor de franquia, previsto em tabela da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Brasil.

1.1.18.2. O limite de indenização corresponderá ao valor estipulado em apólice para cada veículo segurado.

1.1.18.3. Endosso de inclusão ou de ampliação de valor segurado para cada veículo:

I) Reboque sem limite de quilometragem;

II) Transporte alternativo;

III) Serviço de Táxi;

IV) Troca de pneu furado;

V) Serviço de chaveiro em caso de perdas ou danos;

VI) Serviços de chaveiro abrange abertura de portas e bagageiros

VII) Hospedagem em hotel;

VIII) Remoção para hospital;

IX) Traslado de corpo.

1.1.18.4. Cobertura de vidros, dianteiros, traseiros, laterais, lanternas, faróis, recuperação com pintura de para-choques e demais dispositivos indicativos de direção e luminosidade independente da posição, com cobertura em todo o território nacional, seja em substituição ou reparos.

1.1.19. Das garantias a serem contratadas

1.1.19.1. Franquia

I) Casco do veículo – reduzida;

II) Vidros.

III) Faróis, lanternas, recuperação e pinturas de para - choques e demais dispositivos de indicação de direção e luminosidade.

IV) Em havendo sinistro em veículo, na renovação do seguro, o percentual de bônus aplicável, será aquele aplicado no ano anterior ao da reclamação.

1.1.20. Nomenclatura do tipo de seguro a ser contratado

1.1.20.1. Renovação de Seguro – quando se tratar de veículos já previstos neste Termo de Referência.

1.1.20.2. Novo Seguro – quando se tratar de inclusão de veículo, mantendo-se a permanência dos seguros existentes neste Termo de Referência.

1.1.20.3.Transferência de Seguro (endosso) – quando se tratar de substituição de veículo anteriormente objeto de cobertura.

1.2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.2.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros, para frota de veículos oficiais de propriedade do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, sendo primordial para garantir ressarcimento de despesas em decorrência de eventuais sinistros, propiciando assistência com remoção, cobertura parcial e integral em caso de panes ou acidentes envolvendo os veículos oficiais do Poder Judiciário, tendo em vista os riscos em decorrência dos constantes deslocamentos objetivando atender as diversas demandas internas e externas da Capital, Comarcas, Distritos Judiciários a inúmeros órgãos e setores voltado para o interesse público, visando ainda minimizar custo com despesas extras.

1.2.2. Este Tribunal possui atualmente 105 (cento e cinco) veículos e dispõe de uma crescente demanda administrativa, dessa forma, requer que os veículos sejam segurados, proporcionando à área de transporte assistência operacional necessária para atendimento das demandas em razão da diversidade de serviços existentes, visando manter os veículos pertencentes à frota deste Tribunal em um padrão de segurança, minimizando os possíveis riscos de perdas patrimoniais.

1.2.3. A contratação de seguro veicular visa resguardar a Administração Pública no caso de possíveis sinistros, possibilitando maior celeridade e economia na recuperação e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer, uma vez que a frota desse Tribunal circula em rodovias e vias de tráfego intenso, estando desta forma, sujeitos à este tipo de ocorrência. Os sinistros podem originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores, usuários e prestadores de serviço a contratante e a terceiros envolvidos. A contratação do seguro veicular busca evitar que o órgão seja obrigado a cobrir custos com indenização por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa e benéfica a contratação deste serviço.

1.2.4. Pelos motivos expostos, torna se imprescindível a abertura de processo licitatório visando a contratação de empresa de seguros veicular para continuidade com objetivo de resguardar a frota oficial do Poder Judiciário Tocantinense.

1.2.5. A definição das quantidades a serem contratadas foi obtida através do levantamento dos veículos da frota desse Tribunal, que necessitam de continuidade quanto a contratação de serviços dessa modalidade, tendo em vista que a frota oficial encontra-se segurada até o dia 10/10/2025, por meio do contrato vigente com a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, sob o nº 298/2023, conforme processo SEI: 23.0.000017964-7, evento 5327708. Até a presente data não foi encontrado nenhuma ocorrência no atual contrato que impactasse a prestação do serviço.

2. FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação em comento será precedida de procedimento licitatório nos moldes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada no âmbito do Tribunal de Justiça pela IN TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

2.2. Será adotada como modalidade da licitação o pregão eletrônico, o qual é regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.3. Não será adotado o sistema de Registro de Preços posto que a contratação da prestação de serviço será de forma integral e não parcelada.

2.4. O critério de julgamento da contratação será "menor preço", buscando a economicidade e vantajosidade para o órgão público, sem destoar da qualidade e quantidade dos serviços prestados.

2.5. O critério de adjudicação será global, devido a alguns fatores, como:

2.5.1. Necessidade de formalização de um único contrato que visa facilitar a administração a gestão do mesmo, além de visar a economicidade por ser um pagamento único de apólice coletiva.

2.6. Não se aplica participação de consórcio de empresas devido a prestação de serviço ser de forma integral e única, possuindo uma entrega global.

2.7. Não será permitida a subcontratação parcial do objeto.

2.8. Não há empecilho quanto a adoção de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, visto não incidir qualquer das hipóteses obstativas previstas no art. 49 da referida norma.

2.9. Não se aplica a indicação de direito de preferência.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. Da qualificação técnica:

3.1.1. Na presente contratação será exigido qualificação técnica da empresa licitante, sendo que esta deverá fazer prova de sua experiência na prestação dos serviços, mediante Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores, em plena vigência.

3.2. Não será exigida qualificação econômica, considerando que compete à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) atestar a regularidade das empresas para operar neste mercado específico.

3.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, é facultado ao licitante realizar vistoria dos veículos, no local onde reside/pernoita a maioria dos veículos, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas, mediante agendamento prévio com o chefe do departamento (SETRAN), através do Telefone (063) 3142-0530.

3.3.1. O endereço do local de instalação para fins de vistoria: Anexo II - Quadra 412 sul, Av. NS 10 APM-03 B.

3.3.2. A vistoria poderá ocorrer em até 48 horas antes do início do certame licitatório.

3.3.3. Os agendamentos e vistorias deverão ser realizados com servidor lotado no Seção de Transportes, no numero (063) 3142-0530, emitindo posterior relatório de aprovação, conforme modelo constante no anexo "B" deste termo.

3.3.4. Para que ocorra a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.3.5. A empresa poderá em substituição a vistoria, emitir declaração de conhecimento das informações/aceitação referente aos veículos a serem segurados.

3.3.6. A não observação quanto ao cumprimento das especificações do item 3.3. referente a faculdade em vistoriar, não desobriga a licitante de cumprimento das cláusulas estabelecidas neste termo de referencia e documentos anexo, segue modelo constante anexo "B".

3.3.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. Será formalizado contrato para a prestação de serviço deste Termo de Referência, a ser firmado com o licitante vencedor.

4.2. O contrato a ser firmado terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir das 00h, do dia **11/10/2025**.

4.3. O contrato poderá ser prorrogado por igual período, em caso de interesse das partes, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A contratação pelo período superior a 12 (doze) meses, encontra-se fundamentada no inciso IV do art. 7º do Anexo III, da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023, conforme os seguintes motivos, buscando assim o principio da economicidade:

4.4.1. No mercado de seguros, o pagamento é realizado de acordo com o quantitativo de veículos da frota e o período de vigência da apólice de seguro;

4.4.2. Existência de vantajosidade para a contratação com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, prazo este utilizado por Tribunal nas contratações anteriores;

4.4.3. A previsão de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, superior a 12 (doze) meses pode ser considerada atrativa para as seguradoras do ramo, que sempre ofertaram a este Tribunal valores abaixo daqueles de mercado;

4.4.4. A prorrogação da vigência contratual em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços, à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas decorrentes da contratação, bem como precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

4.5. Além das disposições contidas no subitem anterior, o Contratante e a Contratada observarão os bônus das apólices dos veículos e os valores de mercado dos respectivos veículos.

5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelos gestores e fiscais administrativos abaixo indicados:

Gestor(a) do Contrato			
Servidor(a) Indicado(a):	Jhonne Araújo de Miranda	Matrícula:	204861
Gestor(a) Substituto(a):			
Servidor(a) Indicado(a):	Acácio Lopes Lima	Matrícula:	185243
Fiscal do Contrato			
Servidor(a) Indicado(a):	Aline de Sousa Chaves Aguiar	Matrícula:	366484

Fiscal Substituto(a)			
Servidor(a) Indicado(a):	Josinei Ramos	Matrícula:	371997

- 5.1.1.. As atribuições e responsabilidades do gestor e fiscal de contratos no âmbito do TJTO, estão disciplinadas no Anexo V da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 5.2. As comunicações do gestor à contratada serão feitas preferencialmente por meio de troca de mensagens eletrônicas (e-mails) e/ou correspondência oficial, conforme o artigo 9, do Anexo V, da IN nº 4/2023 do TJTO.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

- 6.1. A empresa contratada deverá executar os serviços de seguro veicular conforme especificações discriminadas em sua proposta.
- 6.2. O prazo de entrega da apólice será de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2025.
- 6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.4. A (s) apólice (s) deverão ser entregue (s) no seguinte endereço: Edifício Amaro Empresarial, 103 Norte NO-11 LOTE 02, CEP: 77001-036, TEL: (063) 3142-0530, e encaminhada para o seguinte endereço eletrônico: setran@tjto.jus.br

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

7.1. Deveres e responsabilidades do Contratante

- 7.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;
- 7.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 7.1.3. Proporcionar condições para a execução do objeto deste Termo;
- 7.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste Termo, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento das faturas mensais, respeitada a ordem cronológica;
- 7.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato;
- 7.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constantes deste Termo;
- 7.1.7. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços executados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada;
- 7.1.9. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 7.1.10. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência danosa ao veículo ou avarias havidas pela execução dos serviços;
- 7.1.11. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos.
- 7.1.12 Responsabilizar por quaisquer danos aos veículos ou pertence, durante o reboque/serviços de guincho junto à contratante e a terceiros.

7.2. Deveres e responsabilidade da Empresa contratada

- 7.2.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo;
- 7.2.2. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

- 7.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 7.2.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 7.2.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato;
- 7.2.6. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 7.2.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;
- 7.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 7.2.10. Emitir as apólices individuais de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2025;
- 7.2.11. Comunicar imediatamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins eventuais inconsistências na prestação dos serviços;
- 7.2.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- 7.2.13. Fornecer condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;
- 7.2.14. A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 7.2.15. A Contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.
- 7.2.16. O preço apresentado pela Contratada deverá incluir todos os custos relacionados com valor único a ser pago pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 7.2.17. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, previsto no artigo 125, da Lei Federal 14.133/2021.
- 7.2.18. As oficinas ou concessionárias indicadas para realizar os serviços deverão ser conferidas pela empresa de seguros contratada sobre a situação fiscal, evitando possível pendencia na emissão de CNDs, em caso de inobservância o valor da franquia será pago a contratada ficando a mesma responsável em quitar os débitos junto a oficina ou concessionária prestadora dos serviços, sendo que jamais o veículo poderá ficar retido por falta de cumprimento das obrigações fazendárias ou por emissão de notas fiscal em desacordo com a nota de empenho destinada ao pagamento da franquia, para tanto a nota fiscal deverá ser emitida somente após a emissão da nota de empenho.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Mecanismos de comunicação

- 8.1.1. Toda e qualquer comunicação da contratada e a contratante se dará via e-mail institucional, por meio do e-mail setran@tjto.jus.br, e/ou correspondência oficial, podendo de forma excepcional utilizar whatsapp para comunicação de menor complexidade.

8.2. Descrição na execução dos serviços

- 8.2.1. Os serviços de seguro veicular dos veículos do PJTO deverão ser realizados após o acionamento do seguro por telefone ou via protocolo do site decorrentes de sinistros por servidor responsável deste Setor de Transportes.
- 8.2.2. Os serviços ao serem executados nos veículos em decorrência dos sinistros deverão manter as características originais do veículo, devolvendo-os em perfeitas condições físicas para uso do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 8.2.3. A contratada deverá comunicar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins qualquer necessidade de mudanças na execução dos serviços autorizados, nos veículos objeto de sinistro, antes da realização dos serviços;

8.3. Prazo de execução dos serviços

- 8.3.1. O serviços serão executados após o acionamento do seguro por servidor responsável, conforme o detalhamento dos prazos abaixo:

8.3.1.1. Tempo de resposta da solicitação: em localidades urbanas será de no máximo 2 (duas) horas, e em rodovias no máximo 20 (vinte) minutos para cada quilômetro da cidade mais próxima. Caso esse prazo não seja cumprido a contratante será notificada pelo fiscal do contrato; sendo inicialmente advertida, em caso de reincidência será penalizada nos termos do item 9.

8.3.1.2. Prazo de indenização: não poderá ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, caso não haja cumprimento, receberá uma advertência, conforme item 9, assegurando a ampla defesa e contraditório.

8.3.2. Os serviços em eventual sinistro ou acidente deverão ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.4. Local e horário para execução dos serviço

8.4.1. A prestação de serviço ocorrerá em concessionária autorizada indicada pela contratante, ou credenciada pela contratada, desde que tenha a aprovação e autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

8.4.2. A prestação de serviço será realizada preferencialmente de segunda a sexta-feira, no intervalo de 8h às 18h. Excepcionalmente, a critério do Contratante, poderão funcionar de segunda a sábado.

8.5. Forma de execução do objeto

8.5.1. Após a execução do serviço, o veículo será vistoriado pelo servidor responsável, onde será observado a qualidade do serviço prestado.

8.6. Cronograma de realização dos serviços

8.6.1. A realização dos serviços objeto deste Termo será conforme a necessidade e ocorrência do sinistro, sendo que o cronograma de execução será elaborado conforme a necessidade deste PJTO.

8.7. Previsão dos recursos necessários para execução do contrato

8.7.1. A empresa contratada deverá se responsabilizar por todos os equipamentos, instalação adequada para a execução dos serviços nos veículos oficiais deste Poder Judiciário, e pessoal técnico adequado e capacitado para executar os serviços.

8.8. Procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas

8.8.1. Não se aplicam procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas na prestação do serviço objeto deste Termo.

8.9. Deveres e disciplina exigidos da contratada e de seus empregados, durante a execução do objeto

8.9.1. A contratada deverá cumprir fielmente as cláusulas estipuladas no contrato.

8.10. Prazos e condições para recebimento provisório e definitivo do objeto

8.10.1. O Tribunal de Justiça emitirá “**Termo de Recebimento Definitivo**”, após o decurso máximo do prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento das apólices de seguro individuais de cada veículo.

8.11. Condições para substituição ou refazimento durante a fiscalização

8.11.1. Após a execução do serviço, caso seja verificado em procedimento de vistoria realizado por servidor/colaborador designado pelo Setor de Transportes deste PJTO que o serviço não foi executado conforme os parâmetros de qualidade descritos neste Termo, este será devolvido à empresa Contratada para refazimento/correção do serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para entrega.

8.12. Prazo de garantia ou de validade

8.12.1. Não se aplica prazo de garantia ou validade para a prestação de serviço do objeto deste Termo.

8.13. Condições e prazos para substituição ou refazimento durante a garantia

8.13.1. Não se aplicam condições e prazos para substituição ou refazimento durante a garantia de validade para a prestação de serviço objeto deste Termo, vez que os serviços são vistoriados no ato do recebimento, e se houver necessidade será corrigido imediatamente, sem que haja prazo de garantia.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste Termo de Referência e no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 15.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 15.1.1, 15.1.2 ou 15.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas no contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 17.2, deste Termo, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 15.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 15.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 15.1.5 e 15.1.9, a critério do CONTRATANTE, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão segurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 15.1.11;

9.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

9.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

9.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste Termo de Referência e no contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar recibo correspondente ao serviço efetivamente realizado.

10.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com o recibo, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas no item 15 deste Termo de Referência.

10.3. O CNPJ constante do recibo deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA o que for solicitado e efetivamente realizado.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços realizados com o discriminado no respectivo recibo e o atesto pelo fiscal do contrato.

10.6. O atesto do fiscal do contrato no recibo é condição indispensável para o pagamento:

10.7. Na ausência do (a) fiscal (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar o recibo fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo e no contrato, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Administrativa com sugestão de remessa à Diretoria Financeira em prazo hábil, para a realização tempestivo do pagamento em conformidade com o estabelecido neste Termo e no contrato:

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este Termo de Referência, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento do recibo (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.18. Havendo erro na apresentação do recibo ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 17.10 e a data do efetivo pagamento do recibo/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Para pagamento da (s) apólice (s) emitida (s), conforme a proposta, será encaminhado recibo ou documento similar, com a especificação do valor a ser pago.

10.22. Os preços dos serviços do objeto deste Termo de Referência serão pagos em uma única parcela, sendo que a prestação do serviço será de forma integral.

10.23. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no item 11.2, observada a variação do índice do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou por outro indicador que venha substituí-lo.

- 11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.
- 11.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:
- 11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e
- 11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.
- 11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor do contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 11.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 12.1. A presente contratação está alinhada ao plano de logística sustentável (PLS) e às Resoluções nº 400/401-2021; 201/2015; 325/2020, do Conselho Nacional de Justiça, e Recomendação 130/2022, em observância aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, categorizados em: Recursos Administrativos, Responsabilidade Social, Aquisição e Contratação Sustentável, com esteio ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, sem prejuízo dos demais princípios que norteiam a Lei nº 14.133,de 2021.
- 12.2. Primando pela preservação do meio ambiente, solicitamos que as apólices do seguro sejam encaminhadas pela Contratada no formato digital, via e-mail, para o endereço eletrônico setran@tjto.jus.br, a fim de evitar a impressão em papel. Dessa forma, contribuirá para a preservação dos recursos naturais, mantendo um ambiente saudável e sustentável, seguindo orientações quanto as legislações atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas.

13. GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1 Não se aplica garantia contratual para o objeto deste Termo de Referência.

14. OBSERVAÇÕES GERAIS:

- 14.1 São partes integrantes deste Termo de Referência os anexos, "A" e "B".

ANEXO A

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

(SERVIÇOS)

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, este (a) GESTOR (A) DO CONTRATO, nomeado (a) pela Portaria nº ____ de ____ / ____ / _____, declara para os devidos fins, que recebe definitivamente, o (s) serviço (s) prestado (s) e atesta, juntamente com a CONTRATADA, o RECEBIMENTO DEFINITIVO, do objeto previsto no Contrato nº _____/_____, do Processo nº _____.

Palmas, ____ de _____ de _____.

Gestor (a) do contrato

Representante

ANEXO B

MINUTA DO TERMO DE VISTORIA VEICULAR/ DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES QUANTOS AOS VEÍCULOS OFICIAIS A SEREM SEGURADOS.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Declaro, para fins de cumprimento ao que dispõe o item 3.3 do Termo de Referência, quanto a () vistoria; () declaração/aceitação de conhecimento das informações referente aos veículos a serem segurados, que o Sr. _____, representante legal da empresa _____ CNPJ:-----, vistoriou ou declara como aceito todos os veículos citados no item 1.1.2 do presente TR, juntamente com o Chefe de Serviço de Transporte, e que tomou ciência de todas as informações e condições necessárias à correta cotação dos respectivos itens.

1. (listar as discrepâncias, quando houver)

Palmas _____ de _____ de 2025.

Gestor (a) do contrato

Representante

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. _____ – SSP/____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, CEP _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1.O presente Instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA 105 (CENTO E CINCO) VEÍCULOS DA FROTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

1.2. Descrição do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total					

1.3. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de execução/entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 25.0.000006624-1, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico - nº ____/202_, do CONTRATANTE;

1.3.2. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de ____, de 202_ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.

1.4. A contratação do objeto deste Contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no _____, sob a modalidade _____, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.

2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.

2.3 A CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais atualizadas e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE estão disciplinados no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

3.2. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

- 4.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme discriminado em sua proposta e neste contrato.
- 4.2. Os serviços de seguro veicular dos veículos do PJTO deverão ser realizados após o acionamento do seguro por telefone ou via protocolo do site decorrentes de sinistros por servidor responsável deste Setor de Transportes.
- 4.3. Os serviços ao serem executados nos veículos em decorrência dos sinistros deverão manter as características originais do veículo, devolvendo-os em perfeitas condições físicas para uso do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 4.4. A contratada deverá comunicar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins qualquer necessidade de mudanças na execução dos serviços autorizados, nos veículos objeto de sinistro, antes da realização dos serviços;
- 4.5. O serviços serão executados após o acionamento do seguro por servidor responsável, conforme o detalhamento dos prazos abaixo:
- 4.5.1. Tempo de resposta da solicitação: em localidades urbanas será de no máximo 2 (duas) horas, e em rodovias no máximo 20 (vinte) minutos para cada quilômetro da cidade mais próxima. Caso esse prazo não seja cumprido a contratante será notificada pelo fiscal do contrato; sendo inicialmente advertida, em caso de reincidência será penalizada nos termos do item 9.
- 4.5.2. Prazo de indenização: não poderá ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, caso não haja cumprimento, receberá uma advertência, conforme item 9, assegurando a ampla defesa e contraditório.
- 4.5.3. Os serviços em eventual sinistro ou acidente deverão ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 4.6. A prestação de serviço ocorrerá em concessionária autorizada indicada pela contratante, ou credenciada pela contratada, desde que tenha a aprovação e autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.
- 4.7. A prestação de serviço será realizada preferencialmente de segunda a sexta-feira, no intervalo de 8h às 18h. Excepcionalmente, a critério do Contratante, poderão funcionar de segunda a sábado.
- 4.8. Após a execução do serviço, o veículo será vistoriado pelo servidor responsável, onde será observado a qualidade do serviço prestado.
- 4.9. As demais disposições estão estabelecidas no item 8 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO:

- 5.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 5.2. O objeto deste contrato será recebido:
- 5.2.2. Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento das apólices de seguro individuais de cada veículo.
- 5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com este contrato:
- 5.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.
- 5.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA:

- 6.1. Não se aplica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

7.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

8.1. A presente contratação está alinhada ao plano de logística sustentável (PLS) e às Resoluções nº 400/401-2021; 201/2015; 325/2020, do Conselho Nacional de Justiça, e Recomendação 130/2022, em observância aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, categorizados em: Recursos Administrativos, Responsabilidade Social, Aquisição e Contratação Sustentável, com esteio ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, sem prejuízo dos demais princípios que norteiam a Lei nº 14.133,de 2021.

8.2. Primando pela preservação do meio ambiente, solicitamos que as apólices do seguro sejam encaminhadas pela Contratada no formato digital, via e-mail, para o endereço eletrônico setran@tjto.jus.br, a fim de evitar a impressão em papel. Dessa forma, contribuirá para a preservação dos recursos naturais, mantendo um ambiente saudável e sustentável, seguindo orientações quanto as legislações atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

9.1. O valor _____ deste contrato é de **R\$**_____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 060100 - FUNJURIS

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.122.1145.4278

Natureza de Despesa: 33.90.39

Fonte de Recursos: 1760

10.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

10.3. **A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação:**

10.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.

CNPJ: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro

CEP 77.015-007

Palmas/TO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO:

11.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar recibo correspondente ao serviço efetivamente fornecido.

11.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com o recivo, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Oitava deste contrato.

11.3. O CNPJ constante do recibo deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

11.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA o que for solicitado e efetivamente realizado.

11.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade da solução fornecida com o discriminado na respectiva no recibo e o atesto do fiscal do contrato.

11.6. O atesto do fiscal do contrato no recibo é condição indispensável para o pagamento:

11.6.1. Na ausência do (a) fiscal (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

11.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar o recibo para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se a solução fornecida não estiver em conformidade com as especificações apresentadas neste contrato e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

11.8. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:

11.8.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

11.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

11.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento do recibo (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

11.10.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA - Banco _____, Agência nº _____, Conta Corrente nº _____, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

11.11. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

11.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.13. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

11.14. Havendo erro na apresentação do recibo ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

11.15. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 11.10 e a data do efetivo pagamento do recibo/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

11.16. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.17. Para pagamento da (s) apólice (s) emitida (s), conforme a proposta, será encaminhado recibo ou documento similar, com a especificação do valor a ser pago.

11.18. Os preços dos serviços do objeto deste Termo de Referência serão pagos em uma única parcela, sendo que a prestação do serviço será de forma integral.

11.19. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE:

- 12.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou por outro indicador que venha substituí-lo.
- 12.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.
- 12.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:
- 12.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e
- 12.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 12.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.
- 12.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor deste contrato conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 12.5. Nos procedimentos de reajuste deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- 13.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:
- 13.1.1. Para os fins previstos no item 13.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.
- 13.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.
- 13.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 13.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 14.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta contratação, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:
- 14.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.
- 14.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 14.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

- 15.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 16.1. A CONTRATADA obriga-se a:
- 16.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;
- 16.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

16.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

16.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

16.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

16.1.6. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do CONTRATANTE, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

16.1.7. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

16.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

16.1.9. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

16.1.10. Emitir as apólices individuais de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir do início da execução do contrato, ou seja, dia 11/10/2025;

16.1.11. Comunicar imediatamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins eventuais inconsistências na prestação dos serviços;

16.1.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

16.1.13. Fornecer condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;

16.1.14. A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

16.1.15. A Contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.

16.1.16. O preço apresentado pela Contratada deverá incluir todos os custos relacionados com valor único a ser pago pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

16.1.17. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, previsto no artigo 125, da Lei Federal 14.133/2021.

16.1.18. As oficinas ou concessionárias indicadas para realizar os serviços deverão ser conferidas pela empresa de seguros contratada sobre a situação fiscal, evitando possível pendencia na emissão de CNDs, em caso de inobservância o valor da franquia será pago a contratada ficando a mesma responsável em quitar os débitos junto a oficina ou concessionária prestadora dos serviços, sendo que jamais o veículo poderá ficar retido por falta de cumprimento das obrigações fazendárias ou por emissão de notas fiscal em desacordo com a nota de empenho destinada ao pagamento da franquia, para tanto a nota fiscal deverá ser emitida somente após a emissão da nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

17.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

17.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

17.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

17.1.3. Proporcionar condições para a execução do serviço objeto deste contrato;

17.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

17.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

17.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

17.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

17.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

17.1.9. Zelar para que, durante a vigência deste contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

- 17.1.10. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência danosa ao veículo ou avarias havidas pela execução dos serviços;
- 17.1.11. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos.
- 17.1.12. Responsabilizar por quaisquer danos aos veículos ou pertence, durante o reboque/serviços de guincho junto à contratante e a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar; e
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

18.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - der causa à inexecução total do contrato;
- III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

18.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 18.1.1. que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 18.1.1, 18.1.2 ou 18.1.3 a autoridade competente poderá:

- I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- II – determinar a extinção unilateral do contrato.

18.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

- I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

18.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

18.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

18.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 11.2, da Cláusula Décima Primeira deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade;

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 18.1.4.

18.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 18.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

18.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 18.1.5 e 18.1.9, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

18.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

18.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

18.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 18.1.11;

18.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

18.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

18.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

19.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/21, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

19.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

19.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO:

20.1. O presente contrato fica vinculado aos autos _____ e _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

21.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

21.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DA VIGÊNCIA:

22.1. Este contrato terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir das 00h, do dia **11/10/2025**.

22.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES:

23.1. É vedado à CONTRATADA:

23.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

23.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

23.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

23.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

23.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

24.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

24.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

25.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão respectivamente aos servidores do CONTRATANTE, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

25.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

26.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

26.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

26.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - a finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

26.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

26.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 26.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

26.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

26.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

26.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

26.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

26.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.

26.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.

26.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO CONSENTIMENTO:

27.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 26.4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

28.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

28.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

28.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:

28.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO:

29.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO

MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;

CONSIDERANDO, ainda, o contrato nº ____/202__, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto a contratação da prestação de serviços de _____ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202__, e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I

DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;
- II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;
- X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;

- II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;
- III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;
- IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

- I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

Presidente

ANEXO IV

Estudo Técnico Preliminar nº 306/2025

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Unidade Técnica:	Serviço de Transporte - SETRAN	Data: 30/07/2025
Responsável pela Elaboração:	Aline de Sousa Chaves Aguiar e Acácio Lopes Lima	Matrícula nº 366484 e 185243
Categoria do Objeto:	Prestação de serviços de lavagem e higienização de veículos da frota do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.	

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguros, para frota de veículos oficiais de propriedade do Tribunal de Justiça do Tocantins, sendo primordial para garantir ressarcimento de despesas em decorrência de eventuais sinistros, propiciando assistência com remoção, cobertura parcial e integral em caso de panes ou acidentes envolvendo os veículos oficiais do Poder Judiciário, tendo em vista os riscos em decorrência dos constantes deslocamentos objetivando atender as diversas demandas internas e externas da Capital, Comarcas, Distritos Judiciários a inúmeros órgãos e setores voltado para o interesse público, visando ainda minimizar custo com despesas extras.
- 2.2. Este Tribunal possui atualmente 105 (cento e cinco) veículos e dispõe de uma crescente demanda administrativa, dessa forma, requer que os veículos sejam segurados, proporcionando à área de transporte assistência operacional necessária para atendimento das demandas em razão da diversidade de serviços existentes, visando manter os veículos pertencentes à frota deste Tribunal em um padrão de segurança, minimizando os possíveis riscos de danos ou perdas patrimoniais.
- 2.3. Pelos motivos expostos, torna se imprescindível a abertura de processo licitatório visando a contratação de empresa de seguros veicular para continuidade com objetivo de resguardar a frota oficial do Tribunal de Justiça-To.

2.4. Atualmente o o Poder Judiciário do Estado do Tocantins (PJTO) possui o contratos de prestação de serviço de seguro veicular com a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, sob o nº 298/2023, conforme processo SEI: 23.0.000017964-7, evento 5327708.

3. UNIDADE DEMANDANTE

Unidade Demandante:	Serviço de Transportes - SETRAN	Data: 30/07/2025
Responsável pela Formalização:	Aline de Sousa Chaves Aguiar e Acácio Lopes Lima	Matrícula nº 366484 e 185243

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução dos serviços de proteção veicular deverá atender os seguintes requisitos:

4.1 Requisitos da Qualidade

4.1.1 Cobertura abrangente:

4.1.1.1. Deverão estar garantidos por essa cobertura os danos totais ou parciais, causados aos veículos segurados, decorrentes de:

- Acidentes de trânsito, tais como: colisão, capotagem ou queda acidental;
- Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;
- Roubo ou furto parcial do veículo segurado ou a sua tentativa;
- Roubo ou furto total do veículo segurado;
- Incêndio, queda de raio ou explosão acidental do veículo segurado;
- Danos causados ao veículo segurado após o roubo ou furto total, se o mesmo vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização;
- Atos involuntários praticados por terceiros;
- Inundações, alagamentos, ressaca, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
- Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
- Danos causados aos pneus, em caso de acidente;
- Danos em faróis, faróis de neblinas, faróis auxiliares, farol com vigia, retrovisores, interno/externo, lanternas, setas independente da posição, para-choques dianteiro/traseiro.
- Danos vidros dianteiros, traseiros e laterais.

4.1.1.2. O segurado participará, por evento, nos prejuízos indenizáveis com o valor da franquia especificado na apólice, exceto nos casos de indenização integral, incêndio, queda de raio e/ou explosão do veículo segurado;

4.1.1.3. Para efeito de cálculo da Cobertura Abrangente o valor do Veículo (casco) será igual a 100% do valor do veículo, conforme tabela FIPE vigente.

4.1.2 Responsabilidade Civil Facultativa – RCF

4.1.2.1. Essa cobertura visa os danos causados a terceiros, por culpa da Contratante e de seus servidores, o terceiro receberá o seguro até o valor de cobertura (importância segurada);

4.1.2.2. Para todos os veículos serão considerados os seguintes valores para essa cobertura:

- Danos Materiais – R\$ 200.000,00
- Danos Corporais – R\$ 200.000,00

4.1.3 Acidente pessoal por passageiro – APP:

4.1.3.1. A cobertura de acidentes pessoais a passageiros tem como finalidade a indenização por danos decorrentes de acidentes pessoais ocorridos aos passageiros, envolvendo acidente com morte ou invalidez permanente por passageiro. Assegura no caso de morte ou invalidez permanente decorrentes de sinistro com os veículos segurados, o recebimento pelo passageiro/beneficiário, o recebimento do seguro de acordo com a importância segurada.

4.1.3.2. Valores das coberturas para todos os veículos:

- Morte por pessoa: R\$ 20.000,00
- Invalidez permanente por pessoa: R\$ 20.000,00

4.1.4 Vidros/Faróis, dispositivos de alertas, Lanternas/Retrovisores, independente da posição:

4.1.4.1. Corresponde à indenização sobre o reparo ou troca dos vidros (pára-brisa, laterais e traseiros), faróis, dispositivos de alertas, lanternas, pequenas avarias em para-choques, retrovisores dos veículos segurados em caso de sinistro com estes itens. Nessa prestação de serviço especificado no item 4.1.4. será cobrada franquia no máximo 15 % do valor do produto.

4.1.5 Assistência 24 horas:

4.1.5.1. Corresponde ao deslocamento de uma assistência da CONTRATADA para atendimento a um chamado da CONTRATANTE, 24 horas por dia, em todo o território brasileiro, sem limite de quilometragem, com os seguintes serviços:

- Serviço de chaveiro com abertura de portas e bagageiros em caso de danos ou perdas;
- Serviços de taxi, hospedagem em hotel, remoção para atendimento para hospital, traslado de vítimas em caso de acidentes.
- Os serviços descritos no item acima, deverá ocorrer com destino de acordo com a indicação pela contratante.
- Guincho (com quilometragem sem limite);
- Assistência em caso de acidente de qualquer natureza;
- Pane mecânica, elétrica ou seca;
- Trocas de pneus furados;
- Serviço de guincho/reboque para as localidades definidas pelo TJTO;

4.1.5.2. O prazo máximo para atendimento do sinistro após o chamado pela Contratante é de até 2 horas em localidades urbanas, e em rodovias 20 minutos para cada quilômetros de distância da cidade mais próxima.

4.1.5.3. O prazo máximo para indenizações decorrentes de eventuais sinistros não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias, inclusive ressarcimento integral.

4.1.6 Franquias

4.1.6.1. A franquia será do tipo reduzida.

4.1.6.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

4.1.6.3. Os valores das franquias serão fixos conforme estipulado na apólice individual para cada veículo pertencente a frota oficial.

4.1.6.4. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Contratante à Seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; O prazo para a Seguradora providenciar o envio de veículos sinistrados à concessionária/oficina, nos casos em que o envio não ocorre no momento do sinistro, é de até 5 dias úteis.

4.1.6.5. No caso de envio de veículos para concessionária/oficina, a Seguradora deverá apresentar proposta à Contratante com o cronograma estimado para conserto do veículo.

4.1.6.6. A empresa prestadora dos serviços deverá está regular junto aos órgão tributários, com certidões atualizadas/regulares, sendo obrigação da contratada observar a regularidade fiscal antes de indicar para realizar os devidos serviços.

4.1.6.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

4.1.7 Tipo de Apólice Segurada

4.1.7.1. Apólice poderá ser coletiva ou na modalidade frota, permitindo-se a identificação e discriminação individual de cada bem segurado, bem como, item próprio para cada um dos mesmos, valor de franquia, bônus, etc.

4.2 Requisitos Técnicos e mercadológicos

4.2.1. As empresas deverão comprovar qualificação técnica por meio de registro da empresa licitante na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em plena validade;

4.2.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, é facultado ao licitante mediante prévio agendamento realizar vistoria nos veículos a serem segurados, sem ônus para o contratante.

4.3. Natureza da contratação

4.3.1. O serviço é de natureza continuada conforme previsto na IN nº 04/2023, TJTO, artigo 2º, inciso XXXVII.

4.4 Duração inicial do contrato

4.4.1. O contrato a ser firmado terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir das 00 h, do dia 11/10/2025, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

4.5. Identificação de objetos que atendam os requisitos especificados

4.5.1. Esse Tribunal possui veículos próprios, inviabilizando aplicação de outras soluções que não seja seguro veicular, tendo em vista que seria necessária a revisão do modelo de transporte utilizado atualmente.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Considerando os aspectos atinentes à eficiência e economicidade, vislumbra-se que a contratação pretendida suprirá as demandas administrativas e judiciais do Poder Judiciário Tocantinense de forma mais eficaz.

5.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos, por meio de consultas a editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, porém não foram identificadas mudanças a serem incorporadas. Para a presente contratação, os órgãos públicos efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas ora existentes.

5.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1. A solução escolhida para atendimento da necessidade desse estudo foi à contratação de empresa especializada na prestação do serviço de seguro para a frota de veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste ETP.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. A metodologia utilizada para estimar a quantidade necessária da contratação de seguro veicular por meio das apólices do veículos foi realizada conforme a quantidade de veículos da frota oficial do Poder Judiciário Tocantinense. Dessa forma, o quantitativo para a atual contratação, considerou:

7.1.1. o aumento atual da frota de veículos, passando de 94 (noventa e quatro) para 105 (cento e cinco) veículos;

7.1.2. a projeção de aumento de magistrados e servidores que utilizarão a frota de veículos, em razão dos novos gabinetes e oriundos de concursos públicos, bem como o deslocamento de autoridades e colaboradores; e,

7.2. Ressalta-se que há contratação anterior para prestação de serviço de seguro veicular, conforme Processo SEI: nº: 23.0.000017964-7, evento 5327708, com o contrato vigente nº 215/2021.

7.3. A memória de cálculo para a estimativa da quantidade do serviço foi realizada considerando as informações apresentadas no subitem 7.1, além dos documentos de controle setorial contrato vigente nº 215/2021.

8. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Valor: R\$ 374.000,00

8.2. Foi realizada a tentativa de pesquisa prévia de preços no mercado local, todavia considerando o decurso de prazo para findar a vigência contratual, inclusive verificando a possibilidade de prorrogação do contrato vigente, todavia, o resultado foi frutífero até a presente data, o valor estimado baseou meramente no plano anual de contratação e a proposta orçamentária 2025.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação de seguros para a frota de veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins será realizada em um único item, isso possibilita uma melhor gestão e fiscalização do contrato por se tratar de uma só empresa para todos os veículos que compõe a frota, além de ampliar o interesse do mercado favorecendo assim a amplitude na competitividade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTE

10.1. Não foram identificadas necessidades de contratações correlatas ou interdependente a prestação do objeto principal.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação de seguro veicular visa resguardar a Administração Pública no caso de possíveis sinistros, possibilitando maior celeridade e economia na recuperação e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer, uma vez que a frota desse Tribunal circula em rodovias e vias de tráfego intenso, estando desta forma, sujeitos à este tipo de ocorrência. Os sinistros podem originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores, usuários e prestadores de serviço a contratante e a terceiros envolvidos. A contratação do seguro veicular busca evitar que o órgão seja obrigado a cobrir custos com indenização por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa e benéfica a contratação deste serviço.

12. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. Não foram identificadas necessidades de adequação do ambiente deste Tribunal para início da prestação de serviço;
- 12.2. Não foi necessário, consultar outras unidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins quanto à contratação pretendida;
- 12.3. Não houve necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A presente contratação deverá seguir as práticas dos critérios de sustentabilidade, exigindo que as apólices do seguro sejam encaminhadas pela Contratada no formato digital, na ordem descrita no termo de referência, via e-mail, para o endereço eletrônico setran@tjto.jus.br, a fim de evitar a impressão em papel. Dessa forma, contribuirá para a preservação dos recursos naturais, mantendo um ambiente saudável e sustentável, seguindo orientações quanto as legislações atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas.

14. PREVISÃO NO PCA

14.1. A contratação pretendida está prevista no item 934, do Plano de Contratações Anual TJTO/DIADM - 2025, preliminar, do processo nº 24.0.000005443-3, evento 6292389.

15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Diante do exposto neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável, visto que a prestação de serviços de seguro veicular visa manter os veículos pertencentes à frota deste Tribunal em um padrão de segurança, minimizando os possíveis riscos de perdas patrimoniais.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 12/08/2025, às 14:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **6661865** e o código CRC **EBA63310**.